

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	138

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**

### **ACTA N.º 03/2010 DE 04 DE FEVEREIRO**

----- Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, nesta Vila-Sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Manuel Marques Custódio, Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Ribeiro dos Santos e Dr. Avantino Loureiro Beleza.

----- A reunião foi secretariada por mim, José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dezassete minutos verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, cuja convocatória foi efectuada oportunamente nos termos legais.-----

#### **-----INFORMAÇÕES -----**

----- 1) O Sr. Presidente informou que as GOP para o quadriénio de 2010/2013 e o orçamento para 2010 estão a ser elaborados, estando a verificar-se a possibilidade de serem entregues ao Executivo na próxima reunião.-----

----- 2) O Projecto do Parque Botânico Arbutos do Demo, juntamente com outros seis no País, foram seleccionados como projectos exemplares de aproveitamento agrícola.-----

----- 3) O Sr. Presidente informou da apresentação de candidaturas ao PRODER.-----

----- 4) O Sr. Vereador Manuel Custódio solicitou informação sobre as verbas que constam no PIDDAC para 2010.-----

----- O Sr. Presidente informou não saber em concreto, até porque o Orçamento de Estado ainda não foi aprovado. No entanto foi-lhe transmitido que estaria prevista a Obra Social do Touro.-----

----- 5) A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Cristina Santos solicitou informação sobre se já tinha havido alguma indicação de representantes do Município nos Conselhos Gerais do Agrupamento de Escolas aquilino Ribeiro e da Escola Secundária/3.-----

----- A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Delfina Gomes, como responsável da função/pelouro da Educação, informou que tinham já sido comunicados ao Agrupamento e á Escola Secundária os representantes do Município, que eram dois no Conselho Geral do Agrupamento, ela própria e o Dr. Paulo Marques, Presidente da Assembleia Municipal, e três no Conselho Geral da escola Secundária/3, ela própria, o Dr. Paulo Marques e o Dr. Hugo Trindade, membro da Assembleia Municipal.-----

----- A este respeito a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Cristina Santos, produziu as seguintes considerações:-----

-----Em primeiro lugar, estranha muito a indicação dos membros em causa, já que o Sr. Presidente da Câmara, enquanto Vereador no anterior mandato, criticou vivamente a indicação dos representantes para os Conselhos Gerais Transitórios, de ambos os estabelecimentos e para o Conselho Geral Definitivo do Agrupamento, tendo afirmado inclusive que se estava a politizar aqueles órgãos, além de que as pessoas designadas não tenham ligações à Educação. Recordou aos presentes que, para os Conselhos Gerais Transitórios, foram na época designados como representantes do Município, o Dr. Henrique Morgado, Presidente da Assembleia, o Sr. Jorge Oliveira Pinto, Vereador a Meio Tempo e ela própria, Chefe do Gabinete de Apoio do então Presidente da Câmara, tendo ela clara ligação à educação visto ser professora de quadro de zona pedagógica, enquanto que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Delfina Gomes é somente contratada no Ministério da Educação.-----

-----Face aos nomes indicados, questiona as razões porque o Sr. Presidente da Câmara, então Vereador em regime de não permanência, fez as considerações que fez na época, quando agora as pessoas indicadas parecem ter ainda menos ligação à Educação.-----

-----Em segundo lugar, estranha igualmente como foram indicados os representantes, quando tal designação compete legalmente à Câmara Municipal, como aliás foi cumprido no anterior mandato, tendo até já os nossos representantes participado em reuniões do Conselho Geral, sem estarem exonerados os representantes anteriormente designados pela Câmara Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que apresentaria na próxima reunião proposta de designação dos representantes, lamentando o lapso verificado.-----

-----6) A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Cristina Santos colocou ainda a questão do pagamento de bilhetes pelos alunos das escolas para aceder à exibição de peças teatrais. No anterior mandato eram cobrados € 2,50 por aluno nas peças normalmente exibidas no Auditório Municipal. Na época, o então Sr. Vereador José Morgado, criticou o facto de estarem a ser cobrados bilhetes. No entanto, agora, enquanto Presidente da Câmara, também não propôs ao Executivo qualquer alteração da situação.-----

----- Passou-se então à análise da “Ordem do Dia”, oportunamente enviada ao Executivo nos termos legais:-----

----- 1- Apreciação e votação da acta da reunião ordinária do dia 21 Janeiro de 2010. -----

----- **DELIBERACÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a acta da reunião ordinária do dia 21 de Janeiro do ano em curso.-----

----- **OBRAS PÚBLICA** -----

----- **POR EMPREITADA** -----

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	138

**a) Empreitada de Alargamento da Faixa de Rodagem da EN 329 (do Km 19+000 ao km 21+325) –** Adjudicatária: Embeiral – Empreiteiros das Beiras, S.A. – Restituição das garantias e extinção da caução – Informação N.º 06-P/2010, de 19.01.2010.

----- Foi presente à reunião a Informação N.º 06-P/2010, do seguinte teor:-----

----- “Relativamente ao assunto em epígrafe e à comunicação de 17.12.2009 da empresa adjudicatária, em que é afirmado que “não aceitamos o teor da vossa comunicação (Of. 865/DOM/09), nomeadamente no que toca às deficiências deteriorações indícios de ruína ou falta de solidez da obra”, informa-se o seguinte:-----

-----1- Em 16.06.2009 foi efectuada a vistoria à obra para efeitos da recepção definitiva, nos termos do artigo 227º do D.L. 59/99, de 2 de Março.-----

----- 2- Na vistoria efectuada foram os intervenientes, representantes do dono da obra, de opinião que a obra não se encontrava em condições de ser recebida definitivamente em virtude de o pavimento manifestar uma degradação não aceitável para a utilização em causa.-----

----- 3- Não consta do processo qualquer defesa da empresa relativamente à não aceitação dos trabalhos.-----

----- Relativamente ao cancelamento das garantias e restituição dos valores retidos para reforço da caução importa informar o seguinte:-----

----- 1- Em 28.05.2009, a adjudicatária solicitou ao município que procedesse à extinção da caução e à restituição das quantias retidas para reforço da caução. Em relação ao solicitado foi informado, através da informação nº 97-P/09, de 17.06.2009, que dado que na recepção definitiva da obra tinham sido detectadas deficiências não deveria ser extinta a caução nem se deveria proceder à restituição das quantias retidas. -----

----- 2- Mais tarde, em 11.09.2009, foi presente uma comunicação da companhia de seguros a informar do cancelamento do seguro-caução relativo à empreitada. ----- Mais uma vez foi informado, através da informação nº142-P/09, de 16.10.2009, que não poderia proceder-se a qualquer cancelamento de cauções ou restituição das quantias retidas dado que tinham sido detectadas deficiências na obra.-----

----- Vem agora a adjudicatária, através da comunicação de 17.12.2009, alegar que foi informada da existência de um despacho da presidência de 18/06/2009, que autorizou o cancelamento dos seguros –caução. -----

Analisado o processo da DAF e da DOM pode concluir-se que tal situação se tratou de um lapso dos serviços, dado que o despacho da presidência era de facto “de acordo” mas a informação era no sentido de indeferir o pedido.-----

Relativamente ao despacho atrás referido anexa-se cópia do mesmo, bem como do ofício a informar do respectivo despacho.-----

----- Relativamente às deficiências da obra, e dado que pela averiguação efectuada foi possível perceber que houve um lapso que levou a esta situação, deve o empreiteiro propor uma solução para a resolução das deficiências encontradas. -----

Deve realçar-se o facto de que mesmo que as garantias tenham sido indevidamente canceladas, este facto não retira qualquer responsabilidade à adjudicatária sobre as deficiências da obra das quais se venha a confirmar serem da sua responsabilidade. Alias, torna-se necessário que a adjudicatária se pronuncie para que se possa concluir e apurar a responsabilidade para que se proceda às reparações necessárias tendo em vista efectuar a recepção definitiva da obra, a qual ainda não foi realizada.-----

----- Assim não tem qualquer fundamento legal a afirmação da adjudicatária de que não aceita as deficiências apontadas à obra aquando da realização da vistoria”.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

#### -----**OBRAS PARTICULARES**-----

##### -----**Licenciamento de Obras Particulares**-----

**a) Constituição de propriedade de prédio rústico**, sito no Lugar de Valada, Freguesia de Vila nova de Paiva, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo N.º 1614 – Requerente: Maria Joaquina Homem Simões de Frias Trindade – Informação N.º JF-031/2010, de 15.01.2010.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade dar parecer favorável à constituição de propriedade do prédio rústico em causa.-----

#### -----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

**a) Grandes Opções do Plano (PPI e AMR)**, para o quadriénio de 2010/2013 e Orçamento para o ano financeiro de 2010.-----

----- Foi presente à reunião a proposta da presidência datada de 22 de Janeiro de 2010, do seguinte teor:-----

----- “ Considerando que:-----

----- a) Decorrente das eleições gerais autárquicas realizadas no passado mês de Outubro de 2009, se verificou a alteração de titulares do Órgão Executivo deste Município;

b) É necessário proceder à adequada avaliação dos recursos e das necessidades e programação dos projectos e acções para elaboração das Grandes Opções do Plano (GOP) para o quadriénio de 2010/2013, bem como para o Orçamento para 2010, que exigem adequada preparação e ponderação;-----

----- c) Ao abrigo da prerrogativa prevista no n.º 1 do art.º 88.º da Lei das Autarquias Locais aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação das GOP para o quadriénio de 2010/2013 e

Acta N.º <b>03/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	<b>138</b>

*Proposta de Orçamento para 2010, poderá ser feita até final do mês de Abril do ano em curso;*-----

*----- Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, face à referida norma da Lei das Autarquias Locais e atento ao disposto nos pontos 3 a 6 do n.º 2.3 do POCAL (Considerações Técnicas), que:*-----

*----- A) Se mantenham em execução para o ano de 2010 as GOP e Orçamento vigentes em 2009, com as modificações que lhe tenham sido introduzidas até 31 de Dezembro de 2009, podendo ser objecto de modificações durante o período transitório que medeia entre 1 de Janeiro de 2010 e a data de entrada em vigor dos documentos previsionais que venham a ser aprovados pela Assembleia Municipal para o exercício de 2010, os quais integrarão a parte que tenha sido entretanto executada até à sua entrada em vigor;*-----

*----- B) Ratifique a 1.ª modificação das GOP e Orçamento de 2009 para vigorar em 2010, que aprovei por meu Despacho de 19 de Janeiro de 2010, no uso da competência delegada pela Câmara Municipal no seu Presidente na primeira reunião de funcionamento que teve lugar a 6 de Novembro de 2009.* -----

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente.

**----- b) Incentivo Pecuniário com o nascimento do 3.º filho e seguintes** – Requerente: Mário Jorge Rodrigues Silva, de Vila Cova à Coelheira – Informação N.º 03/SASS/10, de 18.01.2010.-----

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e em conformidade com as normas reguladas pelo Edital de 23.05.2007, autorizada a concessão de incentivo no montante de mil euros a Mário Jorge Rodrigues Silva pelo nascimento do quarto filho.-----

**----- c) ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal** – Por ofício datado e registado em 22.01.2010, apresentam actualização do Protocolo “Projecto Reintegrar...” Apoio itinerante à cegueira adquirida em idade tardia. -----

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o Protocolo actualizado a celebrar com a ACAPO conforme minuta apresentada. -----

**----- d) Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo Tourense, de Touro** – Por ofício de 20.01.2010, registado em 22.01.2010, enviam plano e orçamento para o carnaval de 2010 e solicitam subsídio para o efeito.-----

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, dado o interesse e a tradição do evento, autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros.-----

**----- e) Centro de Residências Artísticas do Nodar**, de S. Martinho das Moitas – Por e-mail, de 22 de Dezembro de 2009, registado em 29.01.2009, informam da realização de um evento ao longo do Rio Paiva, e durante o ano de 2010, denominado de “Paivascapes #1, no

